

XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

De 31 de julho à 03 de agosto de 2018, Curitiba

AT: Eleições e Representação Política

O contramovimento dos evangélicos no Congresso Brasileiro (2015-2018)¹

Maria do Socorro Sousa Braga²

Priscilla Leine Cassotta³

I. Introdução

A relação entre denominações evangélicas e ocupação de espaços de poder no sistema representativo brasileiro é um dos fenômenos recentes que vem se ampliando nas duas últimas décadas dessa experiência de democracia competitiva. Essa mobilização e representação política nas arenas legislativas devem ter várias causas e, possivelmente, aumentaram em governos conservadores. Neste sentido, visamos investigar neste trabalho se com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), ocorrido em fins de agosto de 2016, os deputados evangélicos ganharam mais espaços de atuação nas Comissões Permanentes e, se o número de proposições apresentadas e aprovadas, ligadas à religião desses políticos, resultou no crescimento de uma agenda religiosa no governo do seu sucessor, o peemedebista Michel Temer.

Tratamos de argumentar aqui que, com relação às Comissões, os trabalhos desse grupo religioso se manifestam mais como um contramovimento. Ou seja, enquanto os movimentos sociais lutam e se organizam com a finalidade de obter reconhecimento e mais direitos sociais, tais como os grupos LGBTs e o Movimento Feminista, os evangélicos se organizam enquanto um contramovimento para minar o andamento dessas transformações. Sendo assim, o aumento da ocupação de cargos como titulares

¹ Este artigo insere-se no âmbito de duas pesquisas: do projeto **Avaliando a qualidade da democracia em países da América Latina (II)** coordenado por Maria do Socorro Sousa Braga, apoiado com bolsa de produtividade pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da pesquisa de doutoramento de Priscilla Leine Cassotta, **PSC: Organização e distribuição do Poder**, financiada pela Fapesp.

² Professora e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos, <http://lattes.cnpq.br/2311094074614215> (msbraga@ufscar.br) .

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, <http://lattes.cnpq.br/9358794889123956> (pri.leine@hotmail.com)

em algumas Comissões chaves pode ser uma oportunidade para os deputados evangélicos barrarem/atrasarem propostas contrárias à moral religiosa.

Já no que se refere às proposições legislativas, argumentamos que não houve mudanças significativas quando comparados os dois governos, principalmente por conta das regras institucionais da casa. Como é sabido, para conseguir a aprovação de um projeto de lei o parlamentar deve possuir influência política e ou ocupar cargos chaves na Câmara dos Deputados. As regras, por sua vez, convergem para a importância do Colégio de Líderes e mesa diretora para decisão do que é apreciado em plenária, o que dificulta a aprovação de proposições ligadas à religião, considerando-se que a Frente Parlamentar Evangélica é formada por parlamentares de partidos políticos ideologicamente muito diferentes. Nessa direção, as regras da casa incentivam os agentes agirem como um time na defesa de questões gerais que possam beneficiar a bancada partidária, e não somente uma produção legislativa para um grupo específico.

Para verificar nossos argumentos vamos analisar a participação e atuação dos evangélicos nas Comissões Legislativas Permanentes da Câmara dos Deputados, bem como no processo legiferante, no período correspondente aos governos petistas (2010-2016) e no governo Temer (2016 – 2018).

O artigo está organizado da seguinte forma. Na próxima seção apresentamos breve histórico do desempenho eleitoral e da representação dos evangélicos nas arenas políticas. Na terceira seção identificamos as posições ocupadas e a atuação desses cristãos nas Comissões Legislativas Permanentes como membros titulares. Para isso, primeiramente analisamos as mudanças nas composições para os cargos titulares, de forma a mapear se ocorreu um crescimento da presença dos deputados evangélicos. Em seguida avaliamos o conteúdo e o posicionamento nas votações do deputado evangélico. Como as votações nas Comissões Legislativas são, de modo geral, quase todas unânimes, nossa fonte de dados serão as atas das sessões de trabalhos. Para tanto, utilizamos como método análise de conteúdo, o que nos permitiu identificar quais temáticas foram aprovadas ou rejeitadas. Na quarta seção, analisamos o processo legiferante dos evangélicos. Mais especificamente verificamos se ocorreu o crescimento da aprovação de uma agenda religiosa. Nas considerações finais apresentamos os principais achados confrontando-os com a literatura sobre o tema.

II. Representação dos Evangélicos na Política Partidária: ampliando a presença nos campos social e político

Nas últimas duas décadas deste século houve aumento expressivo dos adeptos à religião evangélica na América Latina. Em uma região onde existem 425 milhões de católicos (40% da população católica mundial), os evangélicos somam 20%, quando há seis décadas mal chegavam a 3%. Em 2017, conforme informações da tabela 1, em sete países a religião católica não era mais dominante, enquanto em 2010 eram apenas três⁴. Observamos que esse declínio do catolicismo nessa região foi seguido também de parcela significativa daqueles segmentos que não tem religião, ateus e agnósticos. Entre esses países, o Uruguai e o Chile são as nações mais laicas.

Tabela 1. % da população por país e religião da América Latina

PAÍS	CATÓLICA	EVANGÉLICOS	NENHUMA, ATEU AGNOSTICO	OUTRAS RELIGIÕES	NÃO RESPONDE, NÃO SABE
HONDURAS	37	39	21	2	1
URUGUAY	38	7	41	14	1
EL SALVADOR	39	28	30	2	1
NICARAGUA	40	32	25	3	1
GUATEMALA	43	41	13	2	1
CHILE	45	11	38	4	2
R. DOMINICANA	48	21	28	2	1
BRASIL	54	27	14	5	1
PANAMÁ	55	24	16	1	4
COSTA RICA	57	25	15	2	1
ARGENTINA	66	10	21	3	0
VENEZUELA	67	18	13	2	0
BOLÍVIA	73	20	4	4	1
COLOMBIA	73	14	11	2	1
PERÚ	74	12	8	5	1
ECUADOR	77	14	7	1	1
MÉXICO	80	5	11	3	1
PARAGUAY	89	5	4	2	0
TOTAL	60	20	17	3	1

Fonte: Latinobarômetro, 2017.

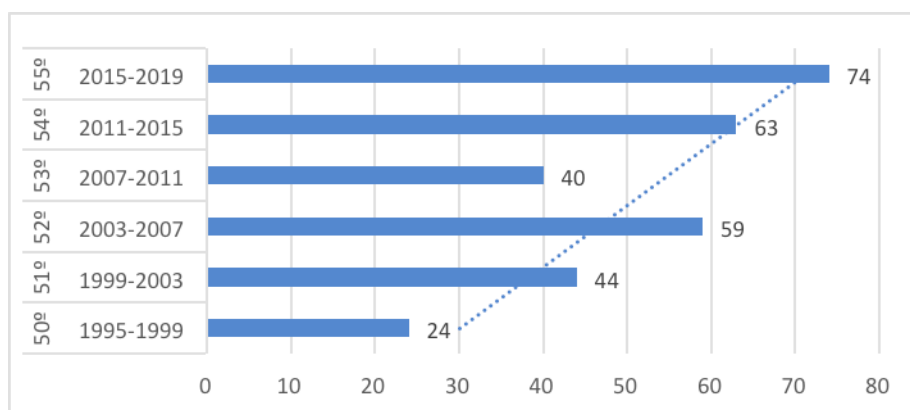
No Brasil os resultados do último Censo, de 2010, mostram, em comparação à pesquisa do ano 2000, a redução da proporção dos católicos (que passaram de 73,6% para 64,4%) em paralelo com o crescimento da população evangélica (15,4% para 22,2%). O rápido crescimento da religião evangélica na população brasileira bem como a maior inserção deste grupo religioso no campo da política político-eleitoral tem aumentado o interesse acadêmico. Entre esses estudos dois focos têm predominado: o primeiro são trabalhos que privilegiam análise da identificação partidária e intenção de votos dos eleitores evangélicos (Mariano, Pierucci, 1992; Bohn, 2007 e Boas, 2014); o

⁴ Pesquisa realizada no site do Latinobarômetro 12/06/2018:/F00006494-RELIGION_CHILE-AMERICA_LATINA_2017.pdf

segundo são estudos que analisam o perfil de candidatos e eleitores evangélicos (Borges, 2007, Oliveira, 2012, Tanaka, 2018). Menor número de estudos analisam o financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos (Netto, 2015; Netto & Speck, 2017),

De acordo com esses estudos, desde o processo de redemocratização brasileira os evangélicos vêm elegendo representantes para as arenas políticas. De acordo com Pierucci (1989), já na Assembleia Constituinte, em 1987-8, 33 parlamentares evangélicos foram eleitos, inaugurando a entrada desse segmento religioso na política. De lá para cá, segundo informações do gráfico 1, vem ocorrendo aumento paulatino dos representantes dessas denominações para a Câmara dos Deputados com a campanha “irmão vota em irmão”.

Gráfico 1. Número de Deputados Evangélicos na Câmara por Legislatura



Fonte: dados do TSE, 2019. Elaborado pelo autor.

Ao mesmo tempo, o campo político institucional não se mostrou insensível à interpelação evangélica, de forma que os canais de relacionamento entre lideranças políticas e evangélicas foram alargados nos últimos anos (ORO, 2011 p. 391). Por consequência, seus candidatos vêm conseguindo candidaturas nos diversos partidos que conformam o sistema partidário brasileiro e, não somente por aqueles confessionais. Esse movimento de mão dupla vem ocorrendo tanto para as eleições proporcionais, quanto para as majoritárias.

Já nas primeiras eleições presidenciais, em 1989, os evangélicos, principalmente orientados pelo líder da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD⁵, Edir Macedo, apoiaram massivamente o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), (MARIANO & PIERUCCI, 1992). No segundo turno, fizeram forte campanha contra o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, associando-o ao comunismo que colocaria em risco a família tradicional e os bons costumes cristão, principalmente por meio da legalização do aborto e direitos da comunidade LGBT.

Nas eleições de 1994, o candidato pelo PT, Lula da Silva foi identificado como um “demônio”, e sua possível vitória foi associada com certa perseguição religiosa aos evangélicos (MARIANO, 2005). Já no pleito 1998, por sua vez, para o cargo de presidente da república a participação dos evangélicos teve menor protagonismo e influência (CAMPOS, 2006 p. 74). No entanto, além dos cargos do legislativo, o Rio de Janeiro foi uma exceção, e elegeu Anthony Garotinho para o cargo de governador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como vice-governadora Benedita da Silva pelo PT, ambos evangélicos declarados (MACHADO, 2006).

No pleito de 2002, frustrada a possível vitória do evangélico Anthony Garotinho, presidenciável pelo PSB, e tendo a possibilidade cada vez mais forte do PT chegar a Presidência, foi inaugurada uma nova fase da relação entre Lula e os evangélicos, quando o candidato petista ampliou alianças políticas com esse segmento. Esse apoio foi dado, em especial, pela Igreja Universal do Reino de Deus (GONÇALVES, 2011). Em 2006, o PT reforçou os laços com evangélicos, criando um comitê destinado a esses religiosos e obtendo o apoio do então senador pelo PRB, o bispo Marcelo Crivella⁶.

Nas eleições presidenciais de 2010, evangélicos e católicos convergiram numa agenda moral e conservadora para pressionar e influenciar as campanhas e propostas dos presidenciáveis (ORO e MARIANO, 2011). No mesmo pleito, a candidata pelo PT, Dilma Rousseff, sofreu com campanha difamatória e foi chamada de “matadora de criancinhas” e “demoníaca”, por meio de notícias, muitas vezes falsas (TADVALD, 2010). Como forma de se aproximar dos evangélicos e reverter a situação, por

⁵ A Igreja Universal do Reino de Deus foi criada no ano de 1977 por Edir Macedo e R. R. Soares.

⁶ Marcelo Crivella, sobrinho do bispo Edir Macedo, é bispo licenciado da Igreja neopentecostal Universal do Reino de Deus, da qual é o principal representante no campo político. Foi eleito senador pela primeira vez em 2002, com cerca de 3,2 milhões de votos. Em 2010, se tornou o primeiro senador reeleito no estado do Rio de Janeiro em 24 anos. Exerceu seu mandato até sua posse como prefeito da capital fluminense, em 2017. Também foi ministro da Pesca e Agricultura de 2012 a 2014 no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

intermédio de Lula, a candidata petista abrandou o seu discurso sobre legalização do aborto.

Nas eleições de 2014 o presidenciável pelo PSC, Pastor Everaldo, um dos líderes da Igreja Assembleia de Deus, ficou marcado por seu discurso religioso em defesa da família tradicional e, por conseguinte, contrário ao aborto e possíveis conquistas da comunidade LGBT. Everaldo conquistou apenas a 5ª colocação, com 780.299 votos, mas colocou mais uma vez esses cristão no centro da política.

No ano de 2015 o evangélico Eduardo Cunha – PMDB foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, derrotando o governista Arlindo Chinaglia. À época da eleição para o cargo de presidente da casa, lideranças religiosas passaram a viajar com o deputado Cunha a fim de angariar votos da bancada evangélica⁷.

Durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff a Frente Parlamentar evangélica, em abril de 2016, por meio do seu presidente João Campos - PSDB, declarou apoio ao impeachment da presidenta. Em nota, o deputado justificou o apoio pela “grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o país” e dos “recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo e crimes de responsabilidade praticados por Dilma que constituem uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito” (Jornal o Globo 06/04/2016). Durante a votação, ocorrida em 17 de abril, muitos deputados evangélicos ao justificarem o seu voto favorável ao impeachment fizeram referência a Deus e a certas igrejas e denominações religiosas (PRANDI e CARNEIRO, 2018).

Michel Temer – PMDB, já empossado como Presidente da República, em sua reforma ministerial garantiu espaço a esses religiosos. Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nomeou o Bispo Marcos Pereira, grande aliado de Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus. Para o Ministério do Trabalho nomeou o Pastor Ronaldo Nogueira. Para Secretaria de Políticas para mulheres, que objetiva implementar políticas para as mulheres, nomeou a deputada evangélica Fátima Pelaes, que já se declarou contra o aborto mesmo em caso de estupro⁸. Ademais, a base parlamentar do governo Temer, reforçada pelo apoio da Frente Evangélica e dos partidos que conformam o centrão, obteve a aprovação de

⁷ Fonte: Estadão 15/01/2015 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-e-ruralistas-aderem-a-cunha,1620456>

⁸ Dados coletados no site do Palácio do Planalto e jornal El País publicado em 08/06/2016

reformas e medidas impopulares como, por exemplo, as reforma trabalhista e política além de mudanças nas Leis de Base e Diretrizes (LDB).

III. A atuação dos Evangélicos nas Comissões Legislativas Permanentes

Apesar das limitações das comissões legislativas, principalmente por conta dos poderes legislativos que o Executivo possui, estas possuem papel importante para o processo de formulação de leis, informação da matéria discutida e descentralização dos trabalhos legislativos. A partir da Constituição de 1988, as comissões permanentes foram dotadas do “poder terminativo”, que permite, em alguns casos, a aprovação de legislação sem a necessidade da apreciação do plenário (LIMONGI, 1995). Também é um importante espaço de atuação para barrar matérias que possam ser entendidas como contrárias à moral cristã. Desse modo, escolhemos as seguintes comissões para análise: Comissão de Cultura - CCULT; Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM; e Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF . Geralmente são nessas Comissões que são discutidos assuntos de maior interesse para esses religiosos, tais como: casamento entre pessoas do mesmo sexo, pesquisas com células tronco, aborto, educação sexual, entre outros.

As comissões legislativas brasileiras são órgãos técnicos que contribuem para a divisão interna dos trabalhos legislativos sob jurisdições específicas, com o objetivo de descentralizar o andamento do processo legislativo ao coletar informações e debater questões importantes sobre temáticas específicas. Os estudos sobre o funcionamento das comissões legislativas no Brasil foram fortemente influenciados pela literatura da escolha racional sobre o Congresso dos EUA (PEREIRA e MUELLER, 2000), e se divide em três correntes teóricas: distributivista, informacionais e partidária.

A versão distributivista é a mais dominante nos estudos legislativos e tem como premissa que todo parlamentar tem por motivação primária a reeleição. De modo resumido, Weingast, Shepsle e Johnsen (1981 p. 346) definem uma política distributivista como uma ação política que concentra os benefícios para um círculo eleitoral. No Brasil essa corrente de interpretação fez sucesso ao aliar-se com os diagnósticos negativos acerca do nosso sistema partidário. A ausência de partidos ideologicamente consistente e com poucas ferramentas de controle sobre a atividade parlamentar incentivariam políticas paroquialistas por parte dos nossos congressistas, que “estariam voltados única e exclusivamente para a maximização dos interesses individuais” (LE MOS, 2001 p. 566-567)

O segundo modelo teórico, o informacional destaca como as comissões desempenham papel importante na coleta de informações fundamentais para o andamento do processo legislativo e na distribuição dessas informações entre os parlamentares (LEMOS, 2001). Apesar de estar diretamente dialogando com o modelo distributivista, a versão informacional possui dois postulados essenciais: a do primado majoritário, que as políticas no congresso são escolhidas pela maioria e; o postulado da incerteza das consequências políticas de decisões tomadas com base em informações incompletas (KREHBIEL, 1991). Ambas as correntes – distributivista e informacional – atribuem importante status às comissões, porém com status diferente: para a teoria distributivista as comissões servem aos propósitos dos congressistas, ela é um meio para se obter ganhos de troca; na teoria informacional o plenário concede certos poderes às comissões para que estas se especializem em certas áreas e passem informações para o plenário, entre esses poderes concedidos às comissões estão o poder de veto e de alterar propostas (PEREIRA & MUELLER, 2000).

Para a versão teórica partidária, diferente das outras duas, as comissões devem ser entendidas por meio dos partidos, como governos partidários. Os maiores expoentes desta corrente, Cox e McCubbins (2007), desaprovam o papel insignificante que foi logrado aos partidos políticos, pela literatura dos anos 70 e 80. De modo a reavaliar o papel dos partidos, eles partem da premissa que os partidos majoritários são uma espécie de “cartel legislativo” que tomam o poder. As forças desses cartéis estariam assentadas no controle das lideranças partidárias da agenda legislativa (NASCIMENTO, 2010). Essa posição dos partidos tem como consequências que o processo legislativo e o sistema de comissões são estruturados a partir dos partidos políticos. Assim, há uma grande tensão entre a ideia de um partido como uma coalizão processual que estabelece as regras dos trabalhos no legislativo e a ideia de comissões como agentes autônomos imprescindível ao legislativo (COX & McCUBBINS, 2007).

No caso das instituições brasileiras Pereira e Mueller (2000), destacam a preponderância do executivo sobre os procedimentos legislativos. O executivo exerce forte poder por meio do Colégio de Líderes e da Mesa Diretora sobre as comissões (LIMONGI, 1996; PEREIRA & MUELLER, 2000). A influência é exercida por meio do controle e negociação da nomeação de algumas comissões para nelas colocar membros fieis ao seu governo (PEREIRA & MUELLER, 2000 p. 49). Embora o Executivo brasileiro tem poderes de retirar propostas das comissões por meio de pedidos de urgência, ou mesmo de influenciar nas escolhas das composições destas,

estas ainda possuem importância no processo legislativo. Pereira e Mueller (2000, 2003), evidenciam o fato do Executivo investir e buscar influenciar a composição das comissões demonstra a importância delas. Neste sentido, um conjunto de comissões agiria como um facilitador das propostas defendidas pelo executivo. Como somente este ponto não é suficiente para se pensar no caso brasileiro, os autores se voltaram para teoria informacional. Partindo da premissa que as comissões são capazes de adquirir informações e se especializar em assuntos específicos, há um ganho informacional para o Plenário e o Executivo (idem, p.61). Como existe o custo com a espera, consequentemente surgem, em alguns casos, pedido de urgência. Os autores constataram que quanto maior for a distância entre as preferências da comissão e do plenário, maiores são as chances de pedido de urgência.

Ainda acrescentamos a importância dos partidos políticos, pois a composição das Comissões no Brasil é assegurada de acordo com a representação da proporcionalidade das agremiações e dos blocos parlamentares da Câmara, incluindo sempre um membro da minoria, mesmo que a este não lhe caiba vaga (Art. 23). Não obstante, sabe-se que tais indicações passam pelo crivo dos líderes partidários. Os deputados só podem compor 1 comissão permanente por vez como membro titular (Art. 26 §2º). Apesar disso, a rotatividade dos deputados nas comissões é extremamente alta. Em alguns casos, o parlamentar chega a permanecer apenas alguns dias como membro titular. Essa alta rotatividade dificulta a especialização do parlamentar nas temáticas exigidas por essas comissões. Embora os evangélicos estejam espalhados por quase todas comissões permanentes, elegemos 3 para nossa análise com base nas temáticas apreciadas por elas.

1. Comissão de Cultura – CCULT

A CCULT de acordo com as normas regimentais art. 32, XXI tem as seguintes atribuições⁹: a) Desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico, acordos culturais com outros países; b) Direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação; c) Produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos; d) Gestão da documentação governamental e

9

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccult/conheca-a-comissao/historico-e-atribuicoes>

patrimônio arquivístico nacional; e) Diversões e espetáculos públicos; f) Datas comemorativas; g) Homenagens cívicas.

A comissão foi criada recentemente, no ano de 2013, e é composta por 20 membros titulares. Na 55ª Legislatura 7 deputados evangélicos ocuparam cargos na comissão como titular, ainda que alguns por apenas 1 dia. Durante o período de Dilma II, os deputados evangélicos Sóstenes Cavalcante e Ezequiel Teixeira faziam parte da comissão.

Tabela 2. Deputados Evangélicos Titulares da CCULT por partido

Nome	Partido	Data de Entrada	Data de Saída
Sóstenes Cavalcante	DEM	08/04/2015	19/05/2015
Sóstenes Cavalcante	DEM	17/11/2015	02/02/2016
Ezequiel Teixeira	PODE	20/08/2015	02/02/2016
Sóstenes Cavalcante	DEM	23/05/2016	02/02/2017
Ronaldo Martins	PRB	11/05/2016	02/02/2017
Pr. Marco Feliciano	PODE	05/07/2016	05/07/2016
Eduardo Bolsonaro	PSL	05/07/2016	02/02/2017
Pastor Eurico	PEN	30/08/2017	02/02/2018
Sóstenes Cavalcante	DEM	22/03/2017	02/02/2018
Eliziane Gama	PPS	22/03/2017	02/02/2018

Fonte: Câmara do Deputados, elaboração das autoras.

Analizamos 197 reuniões, dentre estas, 50 foram deliberativas ordinárias e extraordinárias. Todas as reuniões se iniciam com a votação de requerimentos que em geral são propostas de seminários e audiências públicas destinados a discutir temas dos mais gerais: req. 134/2017 requer audiência pública com a finalidade de discutir a Instituição do Dia Nacional da Paz; req.133/2017 requer audiência para discutir PL 2431/2015, sobre o patrimônio público digital, etc. Grande parte do que é votado nesta comissão diz respeito à inserção de datas comemorativas no calendário, reconhecimento de estados e ou cidades por suas especificidades e denominação de nomes de rodovias, universidades, escola, etc. Um total de 3 Proposições e 4 requerimentos (O REQ 46/2016 foi apreciado duas vezes) sobre a temática religião tramitaram pela comissão. Destes O PDC 235/2015 de autoria de Marco Feliciano – PODEMOS e Jair Bolsonaro – PSL, estiveram em pauta por 6 vezes. O decreto de autoria desses deputados visa suspender a portaria do Ministério da Cultura que criou um Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis(LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura".

1. 05/08/2015 - REQ 25/2015 CCULT - do Sr. Lincoln Portela e outros - que "requer a realização de Audiência Pública, para debater a instituição do Dia Nacional de Adoração a Deus". RESULTADO: O Deputado Jean Wyllys subscreveu o requerimento e propôs alteração para que a Audiência fosse destinada a "debater a instituição do dia nacional de adoração aos deuses". Aprovado com a alteração proposta.

2. 23/09/2015 - REQ 33/2015 CCULT - dos Srs. Erika Kokay e Alice Portugal - que "requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir sobre os atos de intolerância religiosa e os recentes ataques às casas de matriz africana em cidades do Entorno do Distrito Federal". RESULTADO: A Deputada Alice Portugal subscreveu o Requerimento. Aprovado unanimemente.

3. 16/12/2015 - PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis(LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RESULTADO: RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015. RESULTADO: Retirado de pauta a requerimento do Deputado Diego Garcia.

4. 11/05/2016 - REQ 46/2016 CCULT - da Sra. Erika Kokay e outros - que "requer a criação de subcomissão para discutir e propor políticas públicas de enfrentamento à intolerância religiosa e ações afirmativas direcionadas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana". RESULTADO: Retirado de pauta por acordo.

5. 11/05/2015 - PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis(LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. RESULTADO: Retirado de pauta, de ofício.

6. 18/05/2016 - REQ 46/2016 CCULT - da Sra. Erika Kokay e outros - que "requer a criação de subcomissão para discutir e propor políticas públicas de enfrentamento à intolerância religiosa e ações afirmativas direcionadas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana". RESULTADO: Aprovado, por unanimidade, com alteração: nova ementa - "discutir e propor políticas de enfrentamento à intolerância e ações afirmativas direcionadas aos povos originários, tradicionais e às religiões de matriz africanas".

7. 18/05/2016 – PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. RESULTADO: Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões. Tramitação Ordinária

8. 01/06/2016 – PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015. Não deliberado.

9. 09/08/2016 – PL 3551/2015 - do Sr. Vicentinho - que " Institui o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. RELATORA: Deputada ERIKA KOKAY. RESULTADO: Aprovado por Unanimidade o Parecer.

10. 05/07/2017 - REQ 93/2017 CCULT - do Sr. Flavinho - que "requer a realização de Audiência Pública destinada a debater a importância da religiosidade como fator de valorização cultural e de desenvolvimento socioeconômico". RESULTADO: APROVADO.

11. 03/05/2017 – PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis(LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015. RESULTADO: Retirado de pauta a pedido da Relatora.

12. 17/05/2017 – PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015. RESULTADO: Retirado de Pauta a pedido pela relatora.

13. 24/04/2017 – PDC 235/2015 - dos Srs. Eduardo Bolsonaro e Pr. Marco Feliciano - que "susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura"". RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015. RESULTADO: Retirado de Pauta a pedido pela relatora. RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI. PARECER: pela rejeição. Vista ao Deputado Lincoln Portela, em 18/05/2016. O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/12/2015.

Embora o PDC 235/2015 não tenha sido aprovado pelo relator, nota-se a manifestação dos deputados Sóstenes Cavalcante, que votou em separado e de Lincoln Portela, ambos evangélicos. Apesar disso, não ocorreu maiores manifestações dos religiosos na comissão. Durante o período ainda foi aprovado 13º Seminário LGBT do

Congresso Nacional, que ocorreu no dia 16/08/2016 sem manifestação contrária, ao menos na comissão, por parte dos evangélicos.

2. Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é formada por 18 membros titulares e igual número de suplentes. Entre os objetivos da comissão, segundo site da Câmara, é contribuir para a afirmação dos direitos humanos, e que toda a pessoa humana possui direitos básicos e inalienáveis que devem ser protegidos pelos Estados e por toda a comunidade internacional. Durante o período Dilma II 7 deputados evangélicos ocupavam cargo na comissão como titular. Após esse período, o número de deputados evangélicos passa a ser 6.

Tabela 3. Deputados Evangélicos Titulares da CDHM, por partido

Nome	Partido	Data de Entrada	Data de Saída
Sóstenes Cavalcante	DEM	03/03/2015	05/03/2015
Marcos Rogério	DEM	03/03/2015	02/02/2016
Ezequiel Teixeira	PODE	03/03/2015	02/02/2016
Jair Bolsonaro	PSL	03/03/2015	02/02/2016
PR. Marco Feliciano	PODE	03/03/2015	02/02/2016
Ronaldo Nogueira	PTB	04/03/2015	02/02/2016
Lindomar Garçon	PRB	04/03/2015	02/02/2016
Sóstenes Cavalcante	DEM	18/03/2015	06/05/2015
Sóstenes Cavalcante	DEM	07/05/2015	02/02/2016
PR. Marco Feliciano	PODE	03/05/2016	02/02/2017
Ronaldo Nogueira	PTB	03/05/2016	02/02/2017
Lincoln Portela	PR	03/05/2016	02/02/2017
Sóstenes Cavalcante	DEM	03/05/2016	02/02/2017
Ezequiel Teixeira	PODE	03/05/2016	02/02/2017
Pastor Luciano Braga	PRB	22/03/2017	20/10/2017
Pastor Luciano Braga	PRB	06/11/2017	02/02/2018
Sóstenes Cavalcante	DEM	22/03/2017	02/02/2018

Fonte: Câmara dos Deputados, Elaboração das autoras.

Analizamos todas as atas de reuniões ocorridas entre o período de 05/03/2015 a 20/12/2017. Foram 179 reuniões entre seminário, audiências públicas e seções deliberativas ordinárias e extraordinárias. Diferente das outras comissões, grande parte dos trabalhos da CDHM consiste em audiências públicas com o propósito de discutir e

propagar informações sobre assuntos específicos: Cem dias de Direitos Humanos, Violência Contra a Juventude Negra, Audiência sobre a conscientização do autismo, entre outros. Embora projetos de lei tramitem pela comissão, grande parte das votações, quando ocorrem seções deliberativas, concentram-se em requerimentos de audiências públicas.

Um total de 13 propostas e ou requerimentos sobre religião tramitaram no período analisado, todos concentrados no ano de 2015. Destas, apenas 2 não foram de iniciativa dos evangélicos.

1. 18/03/2015 - REQ 15/2015 CDHM - do Sr. Paulo Pimenta - que "a realização, por este colegiado parlamentar, de um ciclo de debates denominado Direitos Humanos e Diversidade Religiosa, destinado a promover um diálogo construtivo sobre formas de contribuição aos direitos humanos por instituições religiosas, promoção da liberdade religiosa, da convivência respeitosa entre os diversos cultos e da laicidade do Estado". RESULTADO: Aprovado

2. 15/04/2015 - REQ 17/2015 CDHM - do Sr. Pr. Marco Feliciano - que "requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil, e a Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização". RESULTADO: Aprovado

3. 15/04/2015 - REQ 18/2015 CDHM - - do Sr. Jair Bolsonaro - que "requer a convocação da Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos sobre a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT". RESULTADO: Aprovado. Alterado o termo "convocação" para "convite" e a mudança "da Senhora Ministra de Estado" para "do Ministro Pepe Vargas".

4. 15/04/2015 - REQ 19/2015 CDHM - do Sr. Pastor Eurico - que "requer Audiência Pública para tratar sobre a Perseguição de Cristãos por Grupos Radicais, chamado "Estado Islâmico"". RESULTADO: Aprovado.

5. 15/04/2015 - REQ 20/2015 CDHM - - do Sr. Ezequiel Teixeira - que "convocação da Exma. Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), para prestar esclarecimentos sobre a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)".

RESULTADO: Aprovado. Alterado o termo "convocação" para "convite" e a mudança "da Exma. Senhora Ideli Salvatti" para "do Exmo. Ministro Pepe Vargas".

6. 15/04/2015 - REQ 34/2015 CDHM - - do Sr. Arnaldo Jordy - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a adoção de crianças por casais homoafetivos". RESULTADO: Aprovado.

7. 15/04/2015 - REQ 41/2015 CDHM - - do Sr. Pr. Marco Feliciano - que "requer a realização de Audiência Pública para ouvir o depoimento de pessoas que deixaram de ser gay e discutir seu posicionamento e os problemas enfrentados, a partir de então, na sociedade". RESULTADO: Aprovado.

8. 15/04/2015 - REQ 76/2015 CDHM - - do Sr. Major Olímpio - que "requer a realização de audiência pública para debater as ofensas aos símbolos religiosos cristãos, ocorridos na Parada Gay, realizada no último dia 7 de junho". RESULTADO: Aprovado.

9. 10/06/2015 - REQ 80/2015 CDHM - - do Sr. Ezequiel Teixeira - que "convocação do Exmo. Ministro Pepe Vargas, para prestar esclarecimentos sobre os atos violadores de direitos humanos tendo como vítimas integrantes de religião com fundamentação cristã, incitando dessa forma o ódio e a violência no que tange a 19ª edição da Parada Gay". RESULTADO: Aprovado com alteração da palavra "convocação" para "convite".

10. 05/08/2015 6 - REQ 86/2015 CDHM - - do Sr. Orlando Silva - que "requer que sejam convidadas, em reunião de audiência pública, a família e a menina de 11 anos adepta do Candomblé, agredida por intolerância religiosa, na zona norte do Rio, no último domingo (13), bem como o sacerdote do terreiro". RESULTADO: Aprovado.

11. 05/08/2015 - REQ 88/2015 CDHM - - do Sr. Sóstenes Cavalcante - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a intolerância religiosa que assola o País". RESULTADO: Aprovado.

12. 21/10/2015 - PL 7382/2010 - - do Sr. Eduardo Cunha - que "penaliza a discriminação contra homossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade". RELATORA: Deputada ERIKA KOKAY. PARECER: pela rejeição. RESULTADO: Vista ao Deputado Capitão Augusto.

13. 06/07/2015 – 16 - REQ 52/2016 CDHM - - do Sr. Luiz Couto - que "requer a realização de Audiência Pública sobre o Tema: "Direitos Humanos e Diversidade Religiosa, o Combate à Intolerância Religiosa, a Liberdade Religiosa e a Laicidade do Estado"". RESULTADO: Aprovado.

Pelos requerimentos fica evidente que foi investido uma pauta contra possíveis direitos à comunidade LGBT. No dia 24/06/2015 ocorreu audiência pública encabeçada pelo deputado Marco Feliciano para ouvir o depoimento de pessoas que

deixaram de ser gay e discutir seu posicionamento e os problemas enfrentados, a partir de então, na sociedade. Foram convidados¹⁰ como expositores alguns especialistas da área de psicologia, mas, principalmente, religiosos. Entre as falas destacamos:

[...] Meu nome é Marisa Lobo e eu me apresento aqui como especialista em direitos humanos que sou, como ativista social pró-família e pró-vida. Não me apresento como uma profissional de saúde mental, quero deixar bem claro, mas como uma ativista de direitos humanos que reconhece que direitos humanos não podem ser usados como uma bandeira ideológica das minorias contra as majorias. Direitos humanos são para todos e para todas. [...] É por causa dessa pluralidade tão defendida que estou aqui, hoje, defendendo a existência de ex-homossexuais. Esse tema pode não ser científico, mas nenhum termo que se refira à sexualidade é científico, porque, cientificamente, ele não encontrou colo na ciência. Repousou nas relações humanas tudo o que diz respeito à sexualidade¹¹. [...]

Participaram da audiência também os parlamentares evangélicos Ezequiel Teixeira, Ronaldo Fonseca, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Marcos Rogério, Sóstenes Cavalcante, João Campos e Marcos Feliciano. Sendo este último o idealizador do evento, que também discursou:

[...] Esta audiência traz fôlego e oxigênio a um sem-número de pais e mães do nosso País que não sabem o que fazer neste exato momento em que a homossexualidade se tornou um modismo. Os pais e as mães não sabem mais o que fazer. Então, o testemunho de vocês vai ficar gravado nos Anais desta Casa para sempre (Marcos Feliciano – PODEMOS)

Também teve a palavra Jair Bolsonaro:

[...] Eu vou chegar lá, meu comandante. Eu quero saber como vão passar domingo à tarde dois meninos falando um para o outro, ou recomendando o nosso filho que está assistindo à

¹⁰ Sr. Joide Pinto Miranda - pastor conferencista e escritor; Sra. Marisa Lobo - psicóloga especialista em saúde mental e filosofia de direitos humanos, escritora e conferencista; Sra. Raquel Celeste Vasconcelos Guimarães - estudante de psicologia e radialista; Sr. Robson dos Santos - pastor, cantor evangélico e conferencista; Sra. Ana Paula Eusébio Cavalari - missionária; Sr. Arlei Lopes Batista - pastor, professor e radialista; Sr. Thiago Oliveira - estudante de teologia; Sra. Mariza Monteiro Borges - presidente do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Claudemiro Soares Ferreira - especialista em políticas sobre drogas, mestre em saúde Pública, Professor Universitário, escritor e conferencista nacional; Sr. Rogério de Oliveira Silva - Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia.

¹¹ Audiência Pública REUNIÃO Nº: 0971/15DATA: 24/06/2015LOCAL: Plenário 9 das Comissões

televisão a usar camisinha se for manter uma relação anal com outro. Criação do BGay, Batalhão Gay - deve ser homenagem prevendo a chegada do Major Olímpio, meu superior aqui (*Risos.*); Disque 0800 LGBT. Se alguém ligar para lá: *Se for lésbica, digite 1; se for gay, 2; se for bissexual, 3; se for travesti, 4; se for transexual, 5; se for tudo isso, 6* - aonde querem chegar com a educação em nosso País?

Entretanto, após o ano de 2015, ao contrário do que argumentamos, há uma visível diminuição da atuação dos parlamentares evangélicos, embora estes ainda façam parte da comissão. Ao que parece, as atividades da comissão a partir de 2016 voltaram a sua normalidade: aprovação do REQ 13/2017 CDHM, sobre a violência contra estudantes LGBTs; REQ 24/2017 CDHM requer a realização, no dia 17 de maio, de audiência pública alusiva ao Dia Internacional Contra a LGBTfobia; 14ª Seminário LGBTs. No dia 24/11/2016 ocorreu a audiência pública “Direitos Humanos, Diversidade Religiosa e Laicidade do Estado”, que contou com lideranças religiosas de diferentes religiões. Porém, nenhum deputado evangélico compareceu.

3. Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF

A CSSF tem por objetivo apreciar projetos de lei que afetam pelo menos quatro áreas de administração pública do Brasil: Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Família. Por conta disso, é uma das comissões permanentes com maior volume de trabalho. Ela possui duas subcomissões permanentes: de saúde e assistência social. É também a comissão que analisamos que possui o maior número de parlamentares evangélicos ocupando cargo como titular na 55ª Legislatura. Durante o governo Dilma II 7 deputados evangélicos faziam parte da comissão, e governo Temer 6.

Tabela 4. Deputados Evangélicos Titulares da CSSF por partido

Nome	Partido	Data de Entrada	Data de Saída
Carlos Gomes	PRB	03/03/2015	02/02/2016
Carlos Manato	PSL	03/03/2015	02/02/2016
Christiane Yared	PR	03/03/2015	04/11/2015
Jefferson Campos	PSB	03/03/2015	24/03/2015
Geovania de Sá	PSDB	03/03/2015	03/09/2015

Benedita da Silva	PT	03/03/2015	02/02/2016
Jhonatan de Jesus	PRB	21/05/2015	02/02/2016
Jhonatan de Jesus	PRB	03/05/2016	02/02/2017
Benedita da Silva	PT	03/05/2016	02/02/2017
Carlos Gomes	PRB	03/05/2016	02/02/2017
Clarissa Garotinho	PROS	02/05/2016	11/10/2016
Geovania de Sá	PSDB	22/09/2016	02/02/2017
Carlos Manato	PSL	02/05/2016	02/02/2017
Geovania de Sá	PSDB	22/03/2017	04/04/2017
Carlos Gomes	PRB	22/03/2017	02/02/2018
Nilton Capixaba	PTB	22/03/2017	02/02/2018
Pr. Marco Feliciano	PODE	22/03/2017	02/02/2018
Geovania de Sá	PSDB	04/04/2017	02/02/2018
Benedita da Silva	PT	22/03/2017	02/02/2018

Fonte: Câmara dos Deputados, elaboração das autoras.

Analizamos 89 reuniões deliberativas da CSSF¹². Também foi importante algumas atas de seminários, quando estes abordavam temas polêmicos e ou foram propostos pelos próprios evangélicos. Diferente da CDHM, apesar de parte da tramitação ser referente a requerimentos, a maior parte dos trabalhos diz respeito a tramitação de proposições. Embora o volume de matérias apreciadas seja alto, poucas foram sobre religião. Além disso, o desempenho dos evangélicos não foi coordenado no sentido de atuarem como um grupo. Em outras palavras, mesmo matérias que muitas vezes são criticadas pelos parlamentares religiosos tiveram o parecer aprovado sem manifestação deles. Todavia, algumas poucas matérias podem ser associadas a esses parlamentares.

1. REQ 127/2015 CSSF - - do Sr. João Campos - que "requer a realização da semana de valorização da vida, com a promoção de seminário e atividades culturais, durante o mês de setembro de 2015". RESULTADO: Aprovado. Subscrito pelos Deputados Diego Garcia, Mandetta, Adelmo Carneiro Leão, Christiane de Souza Yared e Jean Wyllys.

2. 01/06/2016 - REQ 324/2016 CSSF - do Sr. Sóstenes Cavalcante - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família para debater as questões relativas ao aborto no País". RESULTADO: Aprovado. O requerimento foi subscrito pelo deputado Dr. João, Jorge Solla, Jean Wyllys e Alexandre Serfotis.

3. 01/06/2016 - REQ 327/2016 CSSF => PL 4302/2016 - - dos Srs. Alan Rick e Vinicius Carvalho - (PL 4302/2016) - que "solicita realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 4.302/16, que Proíbe o reconhecimento da "União Poliafetiva" formada por mais de um convivente". RESULTADO: Aprovado com a

¹² Não analisamos reuniões das subcomissões.

inclusão da Senhora Maria Berenice Dias, vice-Presidente do Instituto Brasileiro do Direito da Família - IBDFAM. O requerimento foi subscrito pelos deputados Jorge Solla, Hiran Gonçalves e João Marcelo.

4. 06/07/2016 - PL 3010/2011 - - do Sr. Aguinaldo Ribeiro - que "acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, veda o uso de imagens eróticas, pornográficas ou obscenas no material escolar". (Apensado: PL 4507/2016). RELATOR: Deputado Jhonatan De Jesus. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4507/2016, apensado, com substitutivo. Não houve votação.

A única manifestação direcionada a barrar alguma matéria foi do deputado Sóstenes Cavalcante - DEM. No ano de 2015 o deputado Jean Wyllys - PSOL, por meio do REQ 51/2015, requereu a realização do 12 Seminário LGBT “com a finalidade de debater e dialogar com a sociedade e com o Governo temas relacionados à disseminação do discurso de ódio na sociedade e no ambiente virtual”. Na ocasião, Sóstenes Cavalcante retirou de pauta o requerimento do deputado do PSOL.

Foram apreciadas na comissão inúmeras matérias que costumam ser alvo de crítica dos evangélicos, como exemplo o REQ 181/2015 de Assis de Carvalho – PT sobre audiência pública para discutir descriminalização do uso e posse da maconha, que foi aprovado sem a manifestação dos evangélicos.

Com relação as audiências públicas e seminários, no dia 08/09/2015 ocorreu o seminário “Debater e conhecer fatos, ações e programas que visam a valorização da vida”, que contou com a presença dos deputados evangélicos: Alan Rick e Marcos Rogério, além do deputado Jair Bolsonaro. Entre as palestras que ocorreram destacamos: “A família no pensamento marxista, que contou com a exposição do Padre José Eduardo e como coordenador de mesa Jair Bolsonaro; “Origem do conceito de Gênero”, apresentado por Ana Luísa Lima – Psicóloga e como coordenador de mesa Alan Rick.

No dia 21/10/2015 ocorreu o seminário sobre “A realização da semana de valorização da família, com a promoção de atividades para outubro”, idealizada por João Campos, mas sem a participação dos demais parlamentares evangélicos. Na ocasião, uma convidada proferiu o seguinte discurso:

[...] então, eu quero parabenizá-los, porque hoje em dia precisamos de pessoas que defendam, realmente, a família, que é a célula-mãe da sociedade. Parabéns ao Hubert Jean e também ao Dr. Gilberto! Sobre a questão de ideologia de gênero, endosso em gênero, número e grau o que o senhor disse. Realmente, há esses números alarmantes na Suécia, em virtude, principalmente, da questão de gênero - lá, todos podem andar com todos, relacionar-se sexualmente com todos, sem problema

algum -, que também já inclui a pedofilia como parte de um gênero e a relação sexual entre pai e filho, mãe e filha, como algo natural.

Também ocorreu em 10/08/2016, “Seminário em defesa da vida e da família” referente ao REQ 354/2016 subscrito pelos Deputados Alan Rick, Antônio Brito, Jorge Tadeu Mudalen, Rôney Nemer, Sinval Malheiros, Carlos Gomes e Silas Freire¹³.

IV. A produção legislativa dos deputados evangélicos

O poder legislativo possui destaque no contexto democrático por seu papel de formulador de políticas com o respaldo do voto popular (LEMOS, 2011). Dentre as funções dos deputados federais, destacamos o poder de “legislar sobre assuntos de interesse nacional”¹⁴. Porém, dentro dessa prerrogativa as preferências dos parlamentares não são uma variável exclusiva, pois suas estratégias enquanto atores políticos é fortemente influenciada pelas regras e procedimentos institucionais (LEMOS, 2001). Assim, as regras institucionais de coordenação dos trabalhos legislativos, os fatores internos próprios à dinâmica do processo decisório influenciam nas escolhas dos atores e são importantes para a compreensão dos *outputs* (RICCI, 2003; KREBIEL, 1991).

Entre as consequências resultantes do formato da estruturação do processo legislativo salientamos a concentração do processo decisório num número reduzido de deputados: os membros do colégio de líderes e da mesa diretora (LIMONGI, 1995; AMORIM, COX & MCCUBBINS, 2003). O colégio de Líderes, composto por líderes da maioria, da minoria e dos blocos parlamentares, tem por prerrogativa auxiliar a mesa diretora e viabilizar a conciliação entre os diferentes interesses e grupos que formam a Câmara dos Deputados¹⁵, ajudar na elaboração da agenda com as proposições a serem apreciadas e decidir o status de tramitação das proposições. Por sua vez, é a Mesa Diretora quem dirige os trabalhos administrativos, além de poder promulgar, junto ao

¹³ A ata com os discursos do evento não estava disponível
<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1478647.htm>

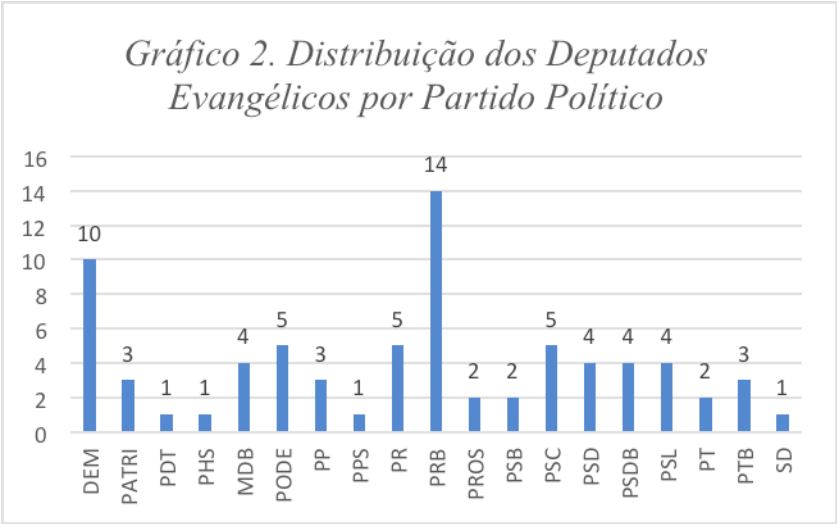
¹⁴ Portal da Câmara, disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca>

¹⁵ <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/como-funciona>.

Senado Federal, as emendas à Constituição e realizar alterações no regimento da casa. Neste sentido, estes dois órgãos são responsáveis pela decisão do que será apreciado, e como será a tramitação deste.

Assim, um grupo suprapartidário, como a frente parlamentar evangélica, ainda que em número suficiente para ser considerada como um importante grupo de pressão, para colocar em prática uma agenda religiosa, está sujeita a negociação com esses órgãos e, depende, muitas vezes, da influência política do parlamentar. Isso porque a Constituição vigente e os regimentos legislativos impõem uma complexa estrutura de delegação legislativa para o poder Executivo e Colégio de Líderes (MIRANDA, 2010). Isso significa que a ação dos deputados, com vistas a maximizarem suas preferências, tais como participar ou não da coalizão do governo, ou mesmo em torno de políticas públicas, dependem de sua cooperação com o Executivo e ou coalizões de apoio presidencial (SANTOS, 1997).

Diante dessa estrutura institucional há muitas dificuldades a serem enfrentadas para aprovação de uma agenda religiosa. Ainda mais se considerarmos que os deputados evangélicos estão espalhados por quase 20 partidos políticos¹⁶:



Fonte: Diap, elaboração das autoras.

Soma-se a este ponto que os estudos sobre conteúdo legislativo têm demonstrado que os parlamentares brasileiros têm despendido maiores preocupações com questões gerais, principalmente de cunho social (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2005; RICCI,

¹⁶ Os dados foram coletados a partir da pesquisa realizada pelo Diap, em 2014, sobre a distribuição dos deputados evangélicos por partido político. Os dados foram coletados a partir da pesquisa realizada pelo Diap, em 2014, sobre a distribuição dos deputados evangélicos por partido político.

2003) e também de cunho político-econômico (AMORIN e SANTOS, 2013). Com relação ao alcance das propostas, de acordo com Ricci (2003), mesmo quando a magnitude do distrito pelo qual o deputado se elegeu é pequeno, as proposições desse político são distributivas gerais. Amorin e Santos (2013) ao analisarem projetos de lei aprovados entre 1985 – 1999, verificaram que 2/3 destes tem nível de agregação nacional, e afetam todos os grupos de cidadãos e regiões. Isso não significa que os parlamentares não buscam legislar para eleitorados específicos, mas que há custos em agir somente por meio de políticas paroquiais e, com o objetivo de captar maior eleitorado, estes, por sua vez, costumam utilizar como estratégia uma distribuição de benefícios difusos (RICCI, p. 704).

Para analisarmos o conteúdo das proposições dos deputados evangélicos no Legislativo, primeiro verificamos toda a produção por tipo, ou seja,, projetos de lei – (PL), projeto de lei complementar – PLP, Projeto de Lei de Conversão - PLV, Projeto de Decreto Legislativo - PDC ,Projeto de Resolução – PRC e Proposta de emenda à Constituição – PEC. Segundo, separamos estes projetos em categorias analíticas, seguindo outros estudos que já realizam procedimentos similares para toda a produção legislativa: administrativa, econômica, social, político-institucional, ecológico, cultural-científico-tecnológico, honorífico, religioso e segurança pública. Após esse processo, investigamos o status dessas proposições, ou seja, se foram arquivadas ou transformadas em norma jurídica. Por conseguinte, comparamos os dois períodos com relação à temática mais utilizada, número de proposições sobre religião, número de proposições sobre religião apreciadas em plenária e número de proposições sobre religião transformadas em norma jurídica. Argumentamos que não houve mudanças significativas quando comparados os períodos do segundo governo de Dilma Rousseff com o atual governo de Temer, principalmente por conta das regras institucionais da casa. Para dar conta desses objetivos analisamos 1.481 proposições dos deputados evangélicos entre o período de 1ª de fevereiro de 2015 e dezembro de 2017, referente a 55ª Legislatura.

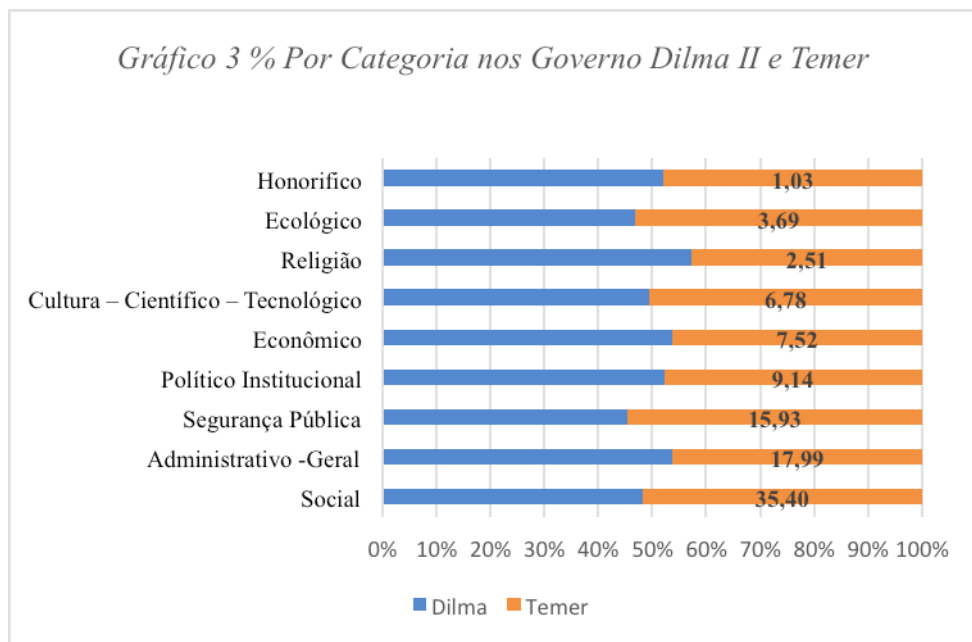
1. Para verificamos o perfil programático das proposições dos evangélicos classificamos essas propostas nas seguintes categorias, amplamente definidas pela bibliografia (LIMONGI; FIGUEIREDO,1995)¹⁷.

¹⁷ Acrescentamos as categorias religião e segurança pública.

1. Administrativa - Outros: são projetos que dizem respeito ao conjunto de normas que organizam a forma de se governar, tais como: desmembramento de Estados, cidades e ou municípios; definição de competências públicas; regulamentação de concursos públicos, critérios para ascensão funcional de servidores; instituição de planos diretores metropolitanos, criação ou extinção de órgãos públicos; regulamentação das defensorias públicas quanto à sua autonomia; regulamentação de centrais de atendimento de órgãos públicos, administração de bens da união e obrigatoriedade de banheiros em agências bancárias, cobrança de taxa de conveniência de ingressos comprados pela internet; dispõe sobre a regulamentação de despesas com
2. Econômico: são projetos relacionados ao controle de despesas e receitas da União, tais como: regulamentação de atividades econômicas; leis tributárias; instituição de fundos monetários
3. Social: estas não dizem respeito apenas as leis relacionadas a projetos sociais. Dessa forma, englobam os projetos que se referem ao conjunto de direitos sociais: tais como leis trabalhista, direito à saúde, educação, moradia (LIMONGI; FIGUEIREDO,1995).
4. Político – Institucional: são propostas relacionadas ao nosso desenho institucional ou que regulem a ação e organização dos poderes: reforma política, reeleição, questões orçamentárias, data de posse de políticos, tempo de mandatos, financiamento de campanhas eleitorais, fidelidade partidária, criação de CPIs., criação de frentes parlamentares, fundo partidário, entre outros.
5. Ecológico: refere-se à relação entre o homem e a natureza. São propostas sobre utilização de matérias nocivos ao meio ambiente, descarte de lixo, preservação das nossas matas, regulamentação de exploração ou habitação de áreas em torno a matas e florestas, cuidado com os animais, etc.
6. Cultura – Científico – Tecnológico: refere-se aos projetos de incentivo as artes (cinema, teatro, literatura, dança, música), instituição de datas de festas culturais, reconhecimento de especificidades culturais de cidades/estados, incentivo as pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico, regulamentação com relação à internet e suas normas.
7. Honorífico: projetos que procuram homenagear pessoas por meio de nomeações de pontes, ruas, praças.

8. Religioso: projetos que se situam em outras categorias, mas tem como base princípios religiosos, tais como projetos sobre a regulamentação da atividade religiosa e relação entre o Estado e as igrejas de diferentes credos.
9. Segurança Pública: Projetos relacionados à segurança pública, tais como mudanças no código penal, legalização do porte de arma, incremento de penas, investimentos em policiamento, regulamentações com relação a polícia federal, investimento na segurança por meio de incremento de armamento, etc.

O gráfico 3 abaixo apresenta o resultado encontrado e apresenta a comparação por temática referente aos dois governos:



Fonte: Câmara dos Deputados, elaboração das autoras.

Assim como na literatura sobre este tema, a categoria com maior incidência foi a *Social*. Ainda que a categoria “segurança” faça parte da categoria social, separamos ela por conta do alto número de propostas que, em alguns casos, podem ser consideradas contrárias a possíveis avanços sociais. Em geral, as propostas sociais dizem respeito a melhorias na área da saúde, garantia de benefícios aos aposentados, deficientes físicos, consolidação da CLT, políticas em defesa das mulheres, investimentos na educação, incentivo à leitura voltado a classes sociais desfavorecidas, etc. Poucas propostas foram dedicadas à área da educação, e as existentes ocorreram em relação as Leis de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional – LDB. Entre as quais estão a inclusão de matérias no currículo escolar ou mudanças na carga horária dos alunos, campanhas educativas de incentivo à leitura, transporte escolar como forma de garantir a inclusão dos alunos, presença de psicólogos nas escolas, etc. Em geral são políticas de alcance nacional.

A segunda categoria de maior incidência é a *administrativo-geral*, não por menos esta abarca um grande número de proposições que dizem respeito à administração e normas em geral. Cabe destacar propostas que regulamentam o código de trânsito, normas com relação à atendimento ao consumidor, regulamentação de concursos públicos, cadastro de consumidores, normas de sinalização de placas, entre outros.

A categoria *segurança* teve grande destaque e apresentou crescimento, ainda que pequeno, com relação ao primeiro período. São projetos como PL 9064/2017 de Eduardo Bolsonaro - PSL e Jair Bolsonaro - PSL que autorizam o agente público ou executor a utilizar “os meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência” em caso de captura em flagrante ou execução de ordem judicial; PL 8908/2017 de Eduardo Bolsonaro para vedar a saída temporária de estupradores; legalização do porte de armas (PL 3260/2015 de Eduardo Bolsonaro), para dispor ao cidadão a garantia de defesa por meio do empréstimo de arma de fogo pelo Estado; PL 8995/2015 de Onyx Lorenzoni – DEM, que autoriza o porte de armas para vigilantes em serviço ou em caso de transporte de matéria de valor; bem como propostas que endurecem o código penal com relação ao enquadramento de certas penalidades. Essas informações evidenciam uma forte relação entre um grupo de políticos evangélicos e as forças coercitivas do estado, nicho eleitoral que vem crescendo nessas últimas décadas face ao aumento da percepção de insegurança da população.

Com relação a categoria *religião*, observamos uma pequena redução de projetos no período Temer, quando comparados os dois governos. Alguns projetos foram enquadrados dentro dessa temática, apesar de não citarem ou fazerem claramente alguma menção a religião. Nossa justificativa para tal feito é que essas propostas foram elaboradas em conjunto por quase todos os deputados evangélicos. Como:

PDC 30/2015: “Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas

travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."

A tentativa de interrupção da resolução, contudo, é baseada em sua constitucionalidade, segundo os seus autores:

"O presente Projeto de Decreto Legislativo, com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, tem por finalidade sustar a Resolução nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNDC/LGBT, uma vez que tal ato normativo invade competência do Congresso Nacional, afrontando a Constituição Federal, entre outros, nos seguintes dispositivos: arts. 1º; 22, I, XXIV e XXV; e 167".

Outra proposta elaborada em conjunto é o PDC 214/2015 que "Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que "Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.". A justificativa dos evangélicos em sustar tal portaria reside no termo "gênero",

"[...]Isto posto, trago nesta justificação um estudo sobre a Ideologia de Gênero, a fim de deixar claro o que se pretende por detrás dessa suposta "boa intenção", a criação desse COMITÊ DE GÊNERO que busca tornar no direito um conceito para, no futuro, aplicar na sociedade a ideologia de gênero como a nova conjuntura da sociedade em detrimento da destruição da atual, que hoje, graças a Deus, vive sobre o manto da proteção da família".

Também foi elaborada em conjunto é o PDC 395/2016 que,

"Susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A justificativa contra o decreto também é invocada com base na constituição:

"[...] O referido Decreto, expedido ao "apagar das luzes" do governo da senhora Dilma Rousseff tem o propósito de afrontar a definição constitucional, prevista no inciso VI do art. 84, que define as hipóteses em que se defere ao Presidente da República a competência constitucional para a edição de decretos".

Além dessas propostas, outras, elaboradas individualmente, representam um retrocesso aos direitos humanos: PL 4931/2016 que dispõe sobre “o direito a modificação a orientação sexual”, facultando ao profissional de saúde mental atendimento a pacientes diagnosticados “com os transtornos psicológicos da orientação sexual egodistônica”, elaborada pelo deputado Ezequiel Teixeira – PODEMOS; PDC 91/2015 que também busca sustar os efeitos da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais, elaborado por Fábio Sousa – PSDB; PDC 235/2015 que também susta a aplicação da Portaria nº 94 de 30 Setembro de 2015, do Ministério da Cultura, que "cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura", elaborada por Marco Feliciano – PODEMOS e Jair Bolsonaro – PSL; A PL 3235/2015 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa penalizar documentos dessa competência que usem “expressões como ‘orientação sexual’, ‘identidade de gênero’, ‘discriminação de gênero’, ‘questões de gênero’”. A justificativa para tal feito, segundo o seu autor, Marco Feliciano:

“A ideologia de gênero adquiriu sua configuração semântica atual no início dos anos 90, com a obra da professora Judith Butler, O Problema do Gênero (Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity, 1990, Routledge, New York). Logo em seguida o conceito foi arditamente introduzido por meio do trabalho das Fundações Internacionais na Conferência sobre a Mulher promovida pela ONU em Pequim”

Mas nem todas as proposições sobre a temática religião foram uma tentativa em suspender direitos LGBTs. Algumas propostas foram sobre: Barreiras arquitetônicas em templos religiosos (PL 6518/2016); Incluir o estudo da bíblia para o ensino fundamenta (PL 9164/2017); alterar a redação do parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, para declarar que todo o poder emana de Deus (PEC 12/2015); que reconhece a música gospel como manifestação cultural (PL 2407/2015).

É preciso alertar que a despeito das 3 proposições que foram elaboradas em conjunto por quase todos os deputados evangélicos¹⁸, grande parte destes parlamentares não apresentaram propostas sobre religião. Dos 66 deputados que analisamos, apenas 19 apresentaram projetos de lei relacionados com o tema religião, demonstrando uma atuação desigual entre esses parlamentares.

Finalmente verificamos que nenhum dos projetos sobre religião foi transformado em norma jurídica ou mesmo chegou a ser apreciado em plenário.

Tabela 5. Status das Proposições

Status das Proposições sobre Religião	
Propostas	Status
PL 620/2015	Tramitando em Conjunto
PDC 122/2015	Devolvida ao Autor
PDC 16/2015	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
PDC 17/2015	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
PDC 213/2015	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)
PDC 214/2015	Tramitando em Conjunto
PDC 235/2015	Pronta para Pauta na Comissão de Cultura (CCULT)
PDC 26/2015	Tramitando em Conjunto
PDC 30/2015	Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 468/2015	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
PDC 61/2015	Tramitando em Conjunto
PDC 91/2015	Tramitando em Conjunto
PEC 12/2015	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 1089/2015	Tramitando em Conjunto
PL 1111/2015	Tramitando em Conjunto
PL 1219/2015	Retirado pelo Autor
PL 2407/2015	Tramitando em Conjunto
PL 2873/2015	Tramitando em Conjunto
PL 2979/2015	Tramitando em Conjunto
PL 3044/2015	Tramitando em Conjunto
PL 3235/2015	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)
PL 3400/2015	Tramitando em Conjunto
PL 3439/2015	Tramitando em Conjunto
PL 3983/2015	Tramitando em Conjunto
PL 4302/2016	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
PL 4879/2016	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 4931/2016	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

¹⁸ Não assinaram nenhum dos três projetos as evangélicas: Benedita – PT, Bruna Furlan – PSDB e Rejane Dias – PT.

PL 5336/2016	Tramitando em Conjunto
PL 5487/2016	Tramitando em Conjunto
PL 5617/2016	Tramitando em Conjunto
PL 5662/2016	Devolvida ao Autor
PL 5686/2016	Retirado pelo Autor
PL 5774/2016	Pronta para Pauta na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)
PL 6518/2016	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Cultura (CCULT)
PDC 395/2016	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PDC 539/2016	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
PL 6596/2016	Tramitando em Conjunto
PL 8062/2017	Tramitando em Conjunto
PL 8126/2017	Tramitando em Conjunto
PL 8150/2017	Tramitando em Conjunto
PL 8436/2017	Pronta para Pauta na Comissão de Cultura (CCULT)
PL 8933/2017	Tramitando em Conjunto
PDC 639/2017	Tramitando em Conjunto
PL 9164/2017	Tramitando em Conjunto

Fonte: Câmara dos Deputados, elaboração das autoras.

De acordo com o quadro acima 54% das proposições estão “tramitando em conjunto”, isso ocorre quando duas ou mais propostas do mesmo tipo, de matéria idêntica ou correlata estão em curso na Câmara; 34% estão paradas aguardando decisão de alguma comissão; somente 1 está pronta para ser apreciada em plenário; as demais ou foram retiradas pelo autor, ou devolvidas por não atender algum critério burocrático e ou por ser inconstitucional.

Isso é justificável pelas próprias normas da casa. É o colégio de líderes quem decide o caráter de tramitação de uma proposição: normal, em caráter de urgência ou de urgência urgentíssima. Isso faz do colégio de líderes um dos órgãos de decisão mais importante da Câmara (AMORIM, COX & MCCUBBINS, 2003), pois o status de uma proposição pode indicar um envolvimento dos líderes com a proposta em discussão, tornando sua apreciação e aprovação em plenário mais provável (RICCI, 2003 p. 715). Quando um projeto passa a tramitar em caráter de urgência, seu prazo de análise e votação pela comissão responsável é reduzido (PEREIRA & MUELLER, 2000). Já um pedido de urgência urgentíssima deve ser solicitado por meio de uma petição assinada por maioria absoluta da Câmara ou pelo Líder partidário que represente esta maioria (AMORIM, COX & MCCUBBINS, 2003). Outro ponto digno de nota é a ausência de uma atuação coordenada. Um projeto de lei não precisa ser elaborado de forma

individual. Embora no Congresso Nacional estes tendem a ser apresentados em caráter individual e descentralizados, mas a seleção das proposições é uma tarefa coletiva (LIMONGI, 1995 p. 17).

V. Considerações Finais

Os resultados obtidos apontam diferenças na atuação dos parlamentares evangélicos, de acordo com a arena política, tanto no período do governo Dilma, quanto no de Temer. No caso das Comissões Parlamentares, argumentamos que o comportamento dos evangélicos se manifesta mais como um contramovimento. Em outras palavras, enquanto os movimentos sociais lutam e se organizam para obter reconhecimento e mais direitos sociais, os parlamentares cristãos atuaram num movimento contrário para minar o andamento dessas possíveis transformações. Como resultado, do ponto de vista estratégico, há diferenças entre as comissões. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias apresentou maior atuação dos deputados evangélicos, concentrada basicamente no ano de 2015. Neste ano, demonstramos que houve atuação coordenada desses atores para minar uma possível pauta contrária aos preceitos cristãos. A Comissão de Cultura, em ambos os governos, apresentou um número mais baixo de propostas e menor atividades dos evangélicos, quando comparada com a CDHM. Por sua vez, a Comissão de Seguridade Social e Família embora apresente um volume alto de proposições apreciadas, e da presença de significativo número de evangélicos, não houve uma ação coordenada tanto para requerer, quanto para barrar proposições.

Observa-se que nas comissões CSSF e CCULT, não há diferença significativa da atuação desses políticos quando comparados os governos Dilma e Temer. Todavia, a CCHM, ao contrário do esperado, apresentou maior atuação no governo Dilma e não no de Temer, o que pode ser explicado pelo amplo espaço de poder que esses setores tiveram nesta última administração ao contar com forte apoio dos parlamentares e confiado a estes espaço na sua reforma ministerial.

A diferença de atuação nas comissões também pode ser justificada pela importância destas aos olhos do Executivo. A CSSF é um espaço importante de deliberação sobre áreas essenciais, como saúde, seguridade social, CLT, entre outros. Neste caso, as votações são praticamente unânimes. Já as Comissões de Direitos Humanos, e mesmo a CCULT, permitem um espaço maior de atuação para os evangélicos. Inversamente ao caso da CSSF, na CDHM a maioria das reuniões foi destinada a audiências públicas e seminários para discussão de matérias específicas, o

que garantiram maior participação dos evangélicos para barrar propostas, ou mesmo apenas discutir assuntos de maior interesse desse grupo, como a defesa dos valores cristãos.

No tocante às proposições, independente do chefe do Executivo à época, não são todos os parlamentares religiosos que buscaram legislar tendo em vista a aprovação de uma agenda religiosa, o que demonstra uma atuação muito desigual desses políticos. Grande parte das proposições dizem respeito a questões mais gerais. Apenas 3 proposições foram apresentadas em conjunto pelos evangélicos. Importante ressaltar que essas proposições são Projetos de Decreto Legislativo. Os PDCs têm como objetivo iniciar o processo de criação de um decreto legislativo ou de alteração de um decreto existente. Os evangélicos o utilizaram para sustar decretos do Executivo, não para propor algo novo. Importa, finalmente, salientar que das regras institucionais, quase todas as proposições ligadas à religião nem chegaram a ser apreciadas em plenário. Muitas ainda foram arquivadas, algumas vezes pelos próprios autores.

Referências

- ARAÚJO, S. M. V. G. & SILVA, R. S (2013). Agenda holders e carreiras políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 10, p. 285-311, jan.-abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n10/09.pdf>.
- AMORIM, Octavio Neto; COX, G. & MCCUBBINS, M. (2003). *Agenda Power in Brazil's Câmara dos Deputados (1989-98)*. *World Politics*, Princeton, v. 55, n. 4, p. 1-46.
- AMORIM, Octavio Neto & SANTOS, Fabiano (2003). *O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 661 a 698.
- BOHN, Simone R. (2007). Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). Opin. Publica vol.13 no.2 Campinas Nov.**
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp.
- COX, Gary; McCUBBINS, Mathew (2007). *Legislative Leviathan Party Government in the House*. Cambridge University Press, 2nd Edition.
- FAGANELLO, Marco Antônio. (2015). *Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora*. In *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* / Sebastiao Velasco e Cruz, Andre Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- GONÇALVES, Rafael Bruno. (2011). Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, Nº116.
- KHREBIEL, Keith. (1991), *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

LEMOS, Leany Barreiro de S. (2001). O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista. *Dados*, vol. 44, n. 3, pp. 561-605.

LIMONGI, Fernando (1994). O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos A Literatura Norte-americana Recente. *Boletim Informativo Bibliográfico*, nº 37, pp. 3-38.

MACHADO, Maria das Dores Campos (2006). *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LIMONGI, Fernando (1995). *Câmara dos Deputados: Organização Interna e Processo Legislativo*. Cadernos de Pesquisa, Nº 05

LIMONGI, Fenando & FIGUEIREDO, Argelina. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

MACHADO, Maria das Dores Campos (2006). *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MARIANO, Ricardo (2005). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio (1992). *O envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor*. *Novos Estudos Cebrap*, 34, nov., p. 92-106.

_____ e ORO, Ari Pedro (2011). The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil. *Annual Review of the Sociology of Religion*, Boston, v. 2, p. 245-266.

MENEGUELLO, Rachel. (1998). *Partidos e governos no Brasil Contemporâneo: (1985-1997)*. Ed. Paz e Terra: São Paulo.

MIRANDA, Geralda Luiza de. (2010). *A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37, p. 201-225, out.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do (2010). Os modelos da Organização Legislativa: Distributivo, Informacional e Partidário. *Revista Política Hoje*, Vol. 19 N 02.

NETTO, Gabriela F. *Quando o dinheiro importa menos: uma análise do financiamento de campanhas eleitorais dos candidatos evangélicos*. Dissertação de mestrado, DCP-USP, 2017.

_____ & Speck, Bruno. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 23, nº 3, pp., 2017

ORO, Ari Pedro (2011). *Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 383-395, jul./set.

PEREIRA, C. & MUELLER, B. (2000). Uma teoria da preponderância do poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 45-67

PIERUCCI, Antônio F. (1989). (1989), "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte", in Anpocs, *Ciências Sociais Hoje*, 1989, São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Anpocs, pp. 104-132.

PRANDI, Reginaldo e CARNEIRO, João Luiz. (2018). Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *RBCS* Vol. 33 nº 96 /2018:

RICCI, Paolo. (2003). *O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais?* *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 699 a 734.

SANTOS, Fabiano. (1997), "Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira". *DADOS*, vol. 40, no 3, pp. 465-491

_____. (2002), *Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão*. *DADOS*, vol. 45, no 2, pp. 237-264.

TADVALD, Marcelo. Eleitos de Deus e Pelo Povo: Os Evangélicos e as eleições Federais de 2010. Debates do NER, N. 18.

TANAKA, Marcela. *O Voto da fé. Comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos evangélicos em São Paulo (2002-2014)*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2018.

WEINGAST, Barry R., SHEPSLE, Kenneth A. e JOHNSEN, Cristopher (1981). The political Economy of Benefits and Costs: A Neoclassical Approach to Distributive Politics. Journal of Political Economy, vol 89, n 4.

Sites

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS <http://www2.camara.leg.br/>

PORTAL PLANALTO <http://www2.planalto.gov.br/>